



UM NOVO MODELO PEDAGÓGICO: DO ENSINO MÉDIO PARA O NOVO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA FRANCISCO MARQUES DE MELO.

Adione Silva Soares ¹
Rafael dos Santos Campos ²

RESUMO

Nesta pesquisa, trazemos algumas reflexões sobre a implementação da Lei 13.415/2017 e de como a reforma do ensino médio está sendo recepcionada pelos profissionais da Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Ensino Médio Francisco Marques de Melo, localizada no município de Damião-PB. Analisamos a transição curricular, a partir de uma abordagem de campo concatenada a uma revisão bibliográfica temática e teórica com as leituras interpretativas das legislações, em consonância com análises feitas do material colhido das entrevistas semiestruturadas, com os sujeitos atuantes na escola lócus. Seguimos uma abordagem sobre a educação básica no Brasil, com ênfase no ensino médio e sobre sua reforma, desde os estudos iniciais que a embasaram, até a sua implementação, em 2022. Destacamos alguns autores que se posicionam contrários a tal mudança, como SILVA (2022), OLIVEIRA (2022) e BODIÃO (2018) que a veem como autoritária, negativa e decadente. Por outro lado, os defensores de tal reestruturação afirmam que é uma construção coletiva, envolvendo técnicos, especialistas e outros profissionais, consideram ainda que é um desafio, mas os alunos são os mais beneficiados desta política. A exemplo dos seguidores, temos secretários de educação estaduais, representados pela CONSED (2023) e os representantes de escolas particulares, por meio da FENEP (2023). Finalizamos com as percepções e rotinas pedagógicas da equipe escolar pesquisada, com destaque dos principais agentes executores do NEM, os professores. De acordo com os estudos, consideramos que a reforma do ensino médio não está sendo bem aceita em sua fase inicial. Apesar dos textos bem adornados nos documentos legais, percebe-se que na prática, as mudanças são mínimas, principalmente se tratando de escola em tempo integral.

Palavras-chave: Currículo, Educação, Escola Cidadã Integral, Novo Ensino Médio, Perspectivas.

INTRODUÇÃO

Em seus marcos históricos, a educação na história do Brasil sempre passou por mudanças, rupturas e reformas. E com relação especificamente ao ensino em nível médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394 de 1996, em seu artigo 35, diz que “O Ensino Médio tem como finalidade o aprimoramento de conhecimentos anteriores, a formação humana, cidadã, crítica, intelectual e científica dos estudantes” (BRASIL, 2022). Para esta etapa de ensino, desde 2017, tramita a chamada “Reforma do Ensino Médio” ou “Novo Ensino

Nota: Este artigo configura resultado de projeto de pesquisa *stricto sensu*.

¹ Mestranda do curso Ciências da Educação da Universidad Del Sol - UNADES, adionessoares@hotmail.com;

² Professor orientador: Mestre em História, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, rdscampos@outlook.com.



Médio” que resumidamente, a princípio, é entendida como expansão da carga horária e oferta de um currículo diversificado com itinerários formativos, prevista na LDB, Lei Nº 13.415/17 e reafirmada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, em sua versão atualizada pela Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Desde então, divergentes opiniões a respeito desta proposta vem sendo pontos de debates entre pesquisadores e conteúdos de notícias. Por um lado, os que aprovam e defendem a reforma como necessária e de boas expectativas, como escrito por redatores da Revista Veja (2022):

O Brasil tem a oportunidade de aproximar sua matriz educacional da dos países desenvolvidos. A partir de agora, as escolas públicas e privadas deixam de focar exclusivamente em uma grade de disciplinas generalistas focadas em um vasto conteúdo preparatório para o vestibular e investe-se em modelos de cursos mais flexíveis voltados às vocações, expectativas e habilidades dos estudantes (REVISTA VEJA, 2022).

A redação se assemelha ao que se propõe nos textos legais sobre a reforma do ensino médio e ainda mais positiva comparada a sistemas educacionais internacionais, o que não é impossível, visto que tudo que é novo passa por um processo de experimentação, adaptação e aprimoramento. Por outro lado, frequentemente se encontram textos em oposição à implementação do novo ensino médio, como afirma a redatora Cida de Oliveira (2022) da Revista Rede Brasil Atual, ao destacar na reportagem a fala de um pesquisador e professor universitário:

A reforma do Ensino Médio foi a menos explorada, menos discutida de todas as reformas aprovadas no país, como a trabalhista, por exemplo. Seu objetivo não é buscar a melhoria e o fortalecimento da universalidade da escola pública, elevar a qualidade do ensino para os alunos mais pobres, que mais precisam de investimentos. Ao contrário, oferecer um ensino ainda mais precarizado. Uma perversidade (OLIVEIRA, 2022).

Opositores à reforma a veem como uma proposta maquiada de melhoria, mas que é uma decadência para o sistema educacional, tanto pela redução de carga horária das disciplinas convencionais da BNCC, como pela grade dos objetos dos conhecimentos propostos, ou não para o novo currículo. A partir destes relatos divergentes, podemos refletir o que de fato se aproxima da realidade sobre a implementação do novo ensino médio a partir de uma reflexão temática, teórica e, posteriormente de análise a partir de nossa escola lócus da pesquisa, a Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Ensino Médio Francisco Marques de Melo - ECITFMM.

Nesta pesquisa temos como problemática a seguinte questão: como a transição do ensino médio para o Novo Ensino Médio, a partir de um estudo de caso na ECITFMM, tem sido recepcionada pela comunidade escolar e como esta mudança alterou o cotidiano e as práticas



pedagógicas? Para atingirmos este fim, temos como objetivo central discutir sobre a atual reforma do ensino médio, investigando a sua implementação na instituição escolar ECITFMM.

Salienta-se que, tendo em vista o foco e as limitações desta pesquisa, não trazemos os discentes como pontos de discussões, considerando que, o currículo do novo ensino médio destina-se, em seu primeiro ano de implementação, às turmas de 1ª série, logo, os respectivos alunos não têm experiência anterior com o ensino médio, assim sendo não compõem o foco do objeto pesquisado.

Em observação aos dados dos últimos anos e para atender as diretrizes e as respectivas metas estabelecidas pelo CNE, novas propostas surgiram e entre elas a “Reforma do Ensino Médio”. Considera-se que o Ensino Médio é “destaque nas discussões sobre educação brasileira, pois sua estrutura, seus conteúdos, bem como suas condições atuais, estão longe de atender às necessidades dos estudantes, tanto nos aspectos da formação para a cidadania como para o mundo do trabalho” (BRASIL, 2013, p. 145).

A reforma do Ensino Médio no Brasil foi implementada em 2017 com o objetivo de modernizar e qualificar a educação no país. As principais mudanças incluem: Redução da carga horária obrigatória, permitindo a escolha de disciplinas complementares; Introdução de habilidades e competências a serem desenvolvidas ao longo do ensino médio; Flexibilização da grade curricular, possibilitando a escolha de uma área de interesse pelo estudante; Valorização da educação técnica e profissional, oferecendo opções para os estudantes que desejam seguir carreira técnica; Inclusão de novas tecnologias e metodologias de ensino; Fortalecimento da formação docente; Foco na formação de cidadãos críticos e conscientes; Integração com o mercado de trabalho; Fomento à pesquisa e inovação; Valorização da educação artística e cultural.

Tal reforma tem sido alvo de diversas críticas, entre as quais destacam-se:

- A falta de investimento: muitos argumentam que a falta de recursos financeiros e de infraestrutura nas escolas prejudicam a efetivação da reforma;
- Desigualdade educacional: críticos afirmam que a reforma aumenta a desigualdade educacional entre os estudantes, considerando as necessidades e realidades das escolas mais pobres;
- Foco excessivo no mercado de trabalho: há críticas de que a reforma tem um foco excessivo no mercado de trabalho e na formação profissional, desconsiderando a formação cidadã e a importância da educação para o desenvolvimento humano;



- Ausência de consulta aos professores: críticos afirmam que a reforma foi imposta sem a devida consulta aos professores e às escolas, prejudicando a sua efetividade e a sua aceitação.
- Dificuldade de implementação: há críticas de que a implementação da reforma tem sido problemática e que a sua aplicação não está sendo feita de forma consistente em todo o país.

Para vários pesquisadores, esta reforma tem sido imposta de forma autoritária e que com a redução dos conteúdos curriculares ofertados, pode apodrecer o currículo e esse “risco de empobrecimento do arcabouço cultural e científico talvez aumente quando as definições dos itinerários tiverem que se defrontar com as reais possibilidades dos sistemas de ensino” (BODIÃO, p. 114, 2018).

Nas perspectivas de Idevaldo Bodião (2018) e Karen Silva (2022), percebemos que essa flexibilização curricular e a oferta dos itinerários formativos não são mudanças positivas para o ensino médio, e principalmente por, teoricamente, contemplar a realidade da comunidade em que o aluno está inserido, tanto no aspecto social, como profissional. O que o Estado propõe não se aplica, em sua maioria, às realidades das pequenas comunidades, em que a parceria com empresas é precária, o mercado de trabalho é precário e a realidade suburbana se faz presente.

Baseados nas legislações e propostas articuladas à reforma do ensino médio, alguns defensores e representantes de entidades educacionais manifestaram apoio ao Novo Ensino Médio, como a exemplo dos Secretários de Estado da Educação, por intermédio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), que, em nota pública afirma que, “o Novo Ensino Médio é uma construção coletiva, cuja implementação tem sido liderada pelas redes estaduais de ensino. Não é sensato pensar em descartar todo esse esforço técnico e financeiro despendido pelas redes estaduais ao longo dos últimos anos” (CONSED, 2023).

Além destes, a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) representando as escolas particulares do país, publicou um manifesto sobre o tema, e nele defende a concepção de que a reforma curricular do ensino médio “traz a todos grandes desafios, que convocam cada estabelecimento” e que riscos devem ser assumidos pelos principais agentes executores na escola, “mas de todos os públicos envolvidos, são os estudantes os que mais têm a ganhar com o Novo Ensino Médio. E, como educadores e como cidadãos, temos a serena convicção de que, são eles o foco e o propósito de nossa atuação” (FENEP, 2023).

No estado da PARAÍBA o sistema de ensino, o ensino médio é ofertado, predominantemente pela rede estadual, que é responsável por quase 82% das matrículas da modalidade regular e 93% da modalidade EJA. Depois da rede pública estadual, as escolas



privadas são as primeiras procuradas para a realização de matrículas para ambas as modalidades.

A Paraíba é destaque no país quando se fala da proporção de alunos matriculados em tempo integral na rede pública, que totalizam 126.259, destes, 57,7% estudam em tempo integral, atribuindo ao estado, o 2º lugar no ranking nacional, em 2022, muito acima da média nacional, 20,4%. Estes dados são frutos da política pública do estado com a expansão das Escolas Cidadãs Integrais (ECI), implantada em 2016, inicialmente com 8 escolas em tempo integral, sendo 3 técnicas. O modelo ECI dispõe de um currículo flexível e diversificado, que busca formar jovens mais autônomos, solidários e competentes, com domínio das competências do século XXI.

Se tratando da implementação do Novo Ensino Médio, em suas diversas etapas, a Paraíba está entre as 22 Unidades Federativas que cumpriram os requisitos exigidos pelo MEC com relação às escolas-piloto de implementação do Novo Ensino Médio. As escolas com a PFC aprovadas receberam os recursos financeiros, via Programa Dinheiro Direto na Escola, para executar as ações e de acordo com o acompanhamento da SEE através do PAPFC estadual, serem realizadas as propostas curriculares do estado, seguindo as orientações para a formação geral básica e dos itinerários formativos a serem implantados. Porém, devido aos impactos da pandemia (Covid-19) sobre a execução das propostas pedagógicas em todo o país, os estados enviaram inicialmente, apenas uma matriz para as escolas em tempo integral e outra para aqueles com funcionamento em tempo parcial.

Neste sentido, o estado paraibano optou por reagrupar os itinerários formativos em unidades curriculares, definidos da seguinte forma, de acordo com o Art. 20, da Resolução 410/2021:

I – linguagens e suas tecnologias – Trilhas Criativas, denominado “A Ilha na Ostra”; II – matemática, ciências da natureza e suas tecnologias – denominado “TSS”, composto de Tecnologias, Serviços e Sustentabilidade; III – ciências humanas e sociais aplicadas – denominado “DDC – Diversidade Humana” composto de Diversidades, Direitos e Culturas; IV – itinerário formativo propedêutico integrado – denominado “Vasto Mundo – Meu Quintal é Global”, composto pelas Ciências Humanas Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza, Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias; V - formação técnica e profissional (PARAÍBA, 2021).

Em comparação às áreas de aprofundamento propostos na matriz geral, observamos que os itinerários de Matemática e Ciências da Natureza foram unificados e de acordo com a autonomia das secretarias, prevista em lei, a Paraíba estabeleceu um itinerário integrado, que



corresponde a possibilidade de aperfeiçoamento em habilidades presentes nas 04 áreas do conhecimento, Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática.

Neste primeiro ano de implementação do NEM, a Paraíba priorizou a oferta do itinerário “Vasto Mundo - Meu Quintal é Global” para as turmas de tempo integral e parcial do currículo propedêutico, já para as turmas de escolas técnicas, o itinerário priorizado foi o da formação técnica e profissional, cujos componentes curriculares específicos seguem as matrizes de acordo com cada curso técnico oferecido na escola.

A implementação do novo ensino médio da ECIT Francisco Marques de Melo iniciou em 2022, assim como em toda rede estadual paraibana, com plena efetivação prevista para 2024. Nesta primeira etapa, a matriz curricular do NEM foi inserida exclusivamente para as 02 turmas de 1ª série do período integral, as quais são também profissionalizantes e ofertam o curso técnico Administração com Ênfase em Empreendedorismo.

METODOLOGIA

Nosso caminho metodológico traça uma abordagem empírica sobre a temática, uma análise focada nas práticas educativas da instituição lócus, uma abordagem de campo concatenada a uma revisão bibliográfica temática e teórica com as leituras interpretativas das legislações, em consonância com análises feitas do material colhido das entrevistas semiestruturadas, com os sujeitos atuantes na escola. É importante destacar diferentes pontos de vista para esta reforma educacional, visto que, na literatura encontramos vários autores que defendem essa reformulação, enquanto outros a veem como um regresso para os anos finais da educação básica, como citado inicialmente. Assim como as demais políticas, a reforma do ensino médio passou por análises e discussões até ser legalmente estabelecida, em 2017. Lei esta que, trouxe e ainda traz muitos questionamentos a seu respeito, por um lado, por ser abordada como uma inserção maior da realidade e necessidade do estudante do ensino médio e do mercado ao qual ele está inserido, por outro, por representar um mingramento da produção do conhecimento, da ciência e das produções acadêmicas. Diante disto, trazemos alguns autores que fazem estes antagônicos apontamentos e frisamos sobre o ensino médio no Estado da Paraíba e a proposta para o currículo flexível na versão elaborada pelo Conselho Estadual de Educação – CEE da Paraíba, junto à Secretaria Estadual de Educação e seu respectivo Plano de Acompanhamento das Propostas de Flexibilização Curricular – PAPFC, dando maior ênfase à escola lócus, a Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Ensino Médio Francisco Marques de Melo - ECITFMM, situada no município de Damião-PB.



Os dados discutidos compõem as informações coletadas no questionário online aplicado via *Google Form*, junto ao corpo gestor da escola e pelo acesso aos documentos internos da escola, acompanhados das abordagens subjetivas da pesquisa, com discussões específicas sobre a vivência da equipe escolar, principalmente dos próprios professores nesse período de transição do ensino médio para o novo ensino médio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as informações coletadas na pesquisa, a escola não passou por formação específica para as etapas iniciais da implementação da reforma do ensino médio, nem ao menos para elaboração da Proposta de Flexibilização Curricular, sua construção e aprovação se deu pelo trabalho coletivo no ambiente escolar e conhecimentos advindos do modelo de escola cidadã integral, que em parte, se assemelha às propostas do NEM.

Com relação às ofertas de Itinerários Formativos, a escola não elaborou o currículo a ser ofertado, seguindo o curso técnico inserido em 2021, a escola dispõe da matriz própria da formação técnica e profissional definida pela Secretaria do Estado de Educação. Para que a escola implemente mudanças consideráveis, mesmo advindas dos órgãos superiores, é indispensável que constem nos documentos internos, como o Regimento Interno, compreendido com um “conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas para na sua elaboração, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente” (OLIVEIRA, 2023). Nas observações de campo, foi possível acessar o Regimento Interno da escola lócus e constatar as especificidades da implementação do novo currículo, assim como das demais matrizes por ela ofertadas, inclusive da base técnica profissionalizante. Se tratando dos recursos repassados especificamente para a implementação no Novo Ensino Médio, a ECIT Francisco Marques de Melo recebeu as três parcelas destinadas para este fim. E sua execução procedeu de acordo com a Proposta de Flexibilização Curricular da instituição. Segundo a gestão escolar, o recurso “atendeu para o início, mas necessita desse repasse para continuar desenvolvendo as ações” de forma satisfatória.

Com relação aos livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021, que seguem as novas orientações curriculares, as respectivas escolhas foram organizadas em duas fases, na primeira, as escolas deveriam escolher as obras dos Projetos Integradores, por área do conhecimento, e de Projeto de Vida, que compõem o Objeto 1, já na segunda fase, deveriam ser escolhidos os livros do Objeto 2, que são os livros didáticos por área do



conhecimento, o Objeto 3, que se refere às obras de formação para professores e gestores, mais as obras do Objeto 4, que tratam dos Recursos digitais, além dos livros do Objeto 5, que são as obras literárias. Na ECITFMM, a maioria dos professores e a gestão participaram de forma efetiva das escolhas dos livros nas duas fases citadas. No que tange a aplicabilidade dos mesmos, 10% dos professores pesquisados consideram que os aplicam de forma satisfatória, 70% compreende a diferença entre os livros do NEM e os tradicionais, mas os consideram resumido ou não conseguiu fazer pleno uso e 20% não compreende a diferença entre ambos.

No que diz respeito ao planejamento pedagógico, na escola pesquisada, além das reuniões com a coordenação pedagógica, acontecem as reuniões com as coordenações de área e os professores de sua respectiva área do conhecimento. Essa prática já faz parte das rotinas semanais nas escolas cidadãs integrais, mas com a implementação do Novo Ensino Médio, os professores afirmam intensificar a interdisciplinaridade no planejamento das aulas e aos objetos de estudos, considerando a necessidade de adaptação dos conteúdos às novas cargas horárias. Quando nos referimos a equipe docente tratamos dos professores, aqueles profissionais de ponta de um sistema de ensino, que apesar de ser quem realmente executa as diretrizes e matrizes educacionais, é a hierarquia menor na classe de profissionais, que muitas vezes não é consultado sobre as decisões ou elaborações escolares, nem tão representado pelos governantes. E que mesmo diante dos grandes desafios da docência, coloca o aluno como centro de suas ações, assim como deve ser, eles são os protagonistas. O que seria de uma escola se não fossem os alunos? Nada, não haveria escolas. É na escola que o cidadão se forma integralmente, é nela que os jovens são acolhidos e, às vezes unicamente nela, que os estudantes são estimulados, orientados e vistos como ser em evolução e capaz de excelir.

Recorrendo às observações em campo e ao formulário via *Google Form*, com 27 questões semiestruturadas, enviado pelo contato do whatsapp aos 10 respondentes voluntários, compreendemos que 90% deles se sentem pouco ou razoavelmente preparados para atuar no Novo Ensino Médio e isso é reflexo de uma implantação de políticas públicas educacionais, sem a devida preparação daqueles que de fato irão executar, ponto este, destacado em um dos questionários, no tocante às principais dificuldades enfrentadas.

Dentre as maiores dificuldades que os professores enfrentam na execução do novo currículo, destacam-se:

- “Carga horária da BNCC muito reduzida frente às demandas exigidas”;
- “Uso dos livros transdisciplinares”;
- “Lecionar disciplinas diversificadas, sem ter formação para tal”;
- “Envolver todas as áreas em uma disciplina específica”;



- “Motivar os próprios alunos”;
- “Falta de formação mais específica para alguns itinerários formativos”;
- “Adaptação às diversas trilhas do conhecimento”.

Dentre as principais mudanças em seus planejamentos pedagógicos, em decorrência do NEM, os professores enfatizaram o “olhar diferenciado” e “discussões mais específicas”, considerando “o desenvolvimento para o mercado de trabalho” e a “articulação com a parte diversificada”, além de “intensificar a interdisciplinaridade”. Contudo, 30% deles não conseguiram identificar mudanças, pois já ingressaram com o currículo NEM em andamento e os planejamentos para as turmas tradicionais são similares às demais, atendendo às novas diretrizes.

Quando questionados sobre os pontos positivos no Novo Ensino de forma geral, em suas percepções, os docentes destacaram o seguinte:

- A realização de projetos integradores;
- Autonomia dos alunos;
- A presença de disciplinas diversificadas;
- Formação a partir do interesse do aluno e com foco no seu futuro profissional;
- Exceder os conhecimentos e disciplinas tradicionais.

Embora a maioria das respostas a essa pergunta tenha sido com posicionamentos positivos, em um dos questionários foi destacado que “não há pontos positivos a serem destacados, já que disciplinas importantes no processo de ensino-aprendizagem perderam espaço para aquelas que nem os alunos identificam sua importância”. Esta percepção faz sentido, e dialoga com a percepção de outros profissionais que simpatizam com a contrarreforma do ensino médio. Além disso, se alinha com o posicionamento de parte da equipe pesquisada ao responder como veem a realidade do aluno aplicada ao NEM. Neste sentido, responderam que considera “confuso”, os alunos não conseguem absorver os conteúdos, “desafiador”, o aluno ainda não está preparado, acontece “muita teoria e pouca prática”, além disso, o currículo “deve considerar a realidade do aluno, mas às vezes, ambos não estão alinhados”, já que cada aluno tem uma realidade diferente, “muitos não visam a continuidade dos estudos, o que também torna a aplicação da realidade não significativa”.

Na visão geral dos professores da ECIT Francisco Marques que atuam na implementação do novo ensino médio, o currículo flexível adotado em consonância com a Lei 13.415/2017, não é satisfatório, o consideram “ousado e amplo”, por integrar as 4 áreas do



conhecimento e ainda a formação profissional, e que “precisa ser mais alinhado ao ensino fundamental, pois se a perspectiva de vida profissional e acadêmica forem tratadas apenas no ensino médio, muitas vezes não são eficazes nem atraentes para os alunos”. É um currículo, apesar de amplo, em parte reduzido, principalmente com relação às disciplinas da BNCC, que “são de grande importância, especialmente como preparação para o ENEM”, que no geral requer competências e habilidades da BNCC.

Além do apontado, os profissionais consideram difícil conectar as realidades de tantos modelos de ensino em uma única perspectiva escolar, que seria mais interessante se as escolas pudessem adequar melhor a necessidade e realidade da escola e de sua equipe. Ademais, a falta de suporte está entre a percepção negativa sobre a implementação, a qual “parece ser autodidática, em que os profissionais recebem os materiais e informações básicas e tem que entender e aplicar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as leituras bibliográficas e as perspectivas dos autores, e as pesquisas de campo, observamos que a reforma do ensino médio não está sendo bem aceita em sua fase inicial. Apesar dos textos bem adornados nos documentos legais, percebe-se que na prática, as mudanças são mínimas e ainda muito confusas. Uma das maiores disseminações sobre a tão famigerada reforma, era a possibilidade de escolha dos itinerários formativos, por parte dos alunos. Ora, sequer a equipe escolar compreende quando isso irá acontecer e se irá acontecer.

Podemos afirmar que, para as escolas de modelo cidadãos integrais, não houve expansão da carga horária, pois já compõe o regime de 9 horas-aulas diárias, com aulas de 50 minutos. Assim, a maior mudança, de fato, além da articulação dos livros didáticos por área do conhecimento é a redução da carga horária das disciplinas da BNCC e aumento de disciplinas diversificadas e/ou específicas profissionalizantes, no caso das escolas cidadãos integrais técnicas.

Consideramos que as amplas pesquisas com a comunidade, a nível nacional e estadual, compõem uma implementação democrática do currículo, mas as críticas nesse sentido podem refletir a refutação da “não” escolha dos alunos para os aprofundamentos curriculares, visto que esse foi um dos principais pontos divulgados previamente sobre a reforma. E como a “escolha” não tem acontecido como esperado, gera um descontentamento com a transição.

Por fim, ressaltamos que a implantação do novo ensino médio, em seu primeiro ano de transição, ainda é complexa e separa pontos de vistas, que poderão se aproximar mais ao longo



dos dois anos restantes para sua plena efetivação, considerando também que, como uma política pública recente, passa por avaliação e momento ou outro necessitará de ajustes. E principalmente, se ao longo dos anos seguintes os índices educacionais apresentarão melhorias, como se espera e como consta nas justificativas pelas quais a implementação foi pensada e praticada.



REFERÊNCIAS

BODIÃO, I. Silva. **Considerações sobre a reforma do ensino médio do Governo Temer.** Caderno de Pesquisa, v. 25, n.2. São Luís, 2018

BRASIL . **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica:** DCNEM/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – 1996 – Alterada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.

CONSED. **Nota pública 1/2023:** Em defesa do Novo Ensino Médio. Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, Brasília, 2023.

FENEP. **Manifesto da escola particular para o Novo Ensino Médio.** Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP, Brasília, 2023.

LIBÂNEO, J. Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar.** Caderno de Pesquisa. V. 46, n. 159, p 38-62, 2016.

LUCKESI, C. Carlos. **Filosofia da Educação** - Cipriano Carlos Luckesi. Coleção magistério 2º grau. Formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Cida de. **Pesquisador explica por que a reforma do ensino médio é "perversa".** Brasil de Fato Atual. Visto em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/20/pesquisador-explica-por-que-a-reforma-do-ensino-medio-e-perversa> Acesso em: 05 de março de 2022.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Regimento Interno.** Infoescola, 2023.

PARAÍBA. **Resolução Nº 410/2021:** Implementação do Referencial Curricular da Paraíba para o Ensino Médio. CNE, Paraíba, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia:** Teorias da Educação; Curvatura da vara; Onze teses sobre educação e política. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, K. N. Pinto. **Novo Ensino Médio no contexto das contrarreformas neoliberais brasileiras.** Revista Lex Cult, v. 6, nº 1, p. 131-141. Rio de Janeiro, 2022.

VEJA. Da Redação. **Como o novo ensino médio pode mudar o Brasil.** 2022. Visto em: <https://veja.abril.com.br/educacao/como-o-novo-ensino-medio-pode-mudar-o-brasil/> Acesso em: 05 de março de 2022.